

**“APESAR DE VOCÊ, AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA”<sup>1</sup>: PESQUISA E PRÁTICA DA GEOGRAFIA E DA EDUCAÇÃO EM TEMPOS E ESPAÇOS EXCEPCIONAIS.**

**Tatiana dos Santos Malheiros**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Departamento Acadêmico de Geografia, Porto Velho, RO, Brasil  
[tatiana.malheiros@unir.br](mailto:tatiana.malheiros@unir.br)

**Isabella dos Santos Oliveira da Silva**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Departamento de Ciências da Educação, Porto Velho, RO, Brasil  
[isaas.olivesilva@gmail.com](mailto:isaas.olivesilva@gmail.com)

**Vanessa Alessandra dos Santos Vasconcellos Souza de Lima**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Departamento de Ciências da Educação, Porto Velho, RO, Brasil  
[vanessavasconcellos1991@gmail.com](mailto:vanessavasconcellos1991@gmail.com)

**RESUMO**

Vivemos tempos e espaços difíceis e excepcionais de experienciar no Brasil há um ano. A indignação com o processo em vigência é tamanha que é inviável denominá-lo. Propor-nos-emos a denunciar este massacre e, ademais, anunciar os encaminhamentos de uma política pública de educação, na área da geografia para a formação docente, de geração de encantamento em oposição crítica à necropolítica como modo de operação do atual poder político, jurídico e econômico no país. Qualificaremos o processo de descolonização dos documentos prescritivos de currículo, naquilo que definiremos como *ebó* epistemológico e curricular – e, de igual modo, a experiência inicial com este documento produzido para atender, em especial, a relação do campo com o contexto pandêmico e o formato remoto emergencial. A epistemologia e a respectiva pedagogia e a geografia feminista afrodiaspórica, por intermédio da aproximação das legislações reguladoras com os documentos de currículo para a educação das relações étnico-raciais e para os direitos humanos, nos induziram nos percursos teórico-conceituais. O engajamento comprometido com a proposta de escrita emancipatória foi amplamente compreendido e se demonstrou um mecanismo potente de produção de conhecimento geográfico-pedagógico em contexto de profunda excepcionalidade. Há indícios de correspondência positiva com a permanência na universidade, independentemente das adversidades.

**Palavras-chave:** Pandemia da Covid-19. *Ebó* epistemológico e curricular. Produção de encantamento. Política pública de educação emancipatória.

**“IN SPITE OF YOU, TOMORROW WILL BE ANOTHER DAY”<sup>1</sup>: RESEARCH AND PRACTICE OF GEOGRAPHY AND EDUCATION IN CRUCIAL TIMES AND CRITICAL PLACES.**

**ABSTRACT**

Since last year, we have experienced difficult and exceptional times and lived in critical places in Brazil. The outrage with the current process is such that it is impossible to put it in words. Our purpose is to expose the massacre that is going on and also to point the direction of a public policy concerning education, regarding teacher training for the Geography field, to promote enchantment in critically active opposition to the necropolitics carried on by the current political, legal, and economic power in the country. We will describe the process of decolonization of prescriptive curriculum documents as an epistemological and curricular *ebò*. We shall proceed likewise with the primary experience regarding this essay, developed to meet, in particular, the relationship between Geography, the pandemic context and current remote work. Epistemology and its pedagogy, as well as a Geography teaching that is afrodiasporic and feminist, have led us to theoretical-conceptual paths, through the approximation of regulatory laws and the curricular basis for the education of ethnic-racial relations regarding/human rights. The commitment to the emancipatory writing proposal was widely understood and has proved to be a powerful tool for developing geographic and pedagogical knowledge in a deeply critical context. Likewise,

<sup>1</sup> *Apesar de você*, canção de Chico Buarque de Hollanda (1978).

it has presented us a striking eagerness to carry on with the studies and to remain in the university, against all odds.

**Keywords:** COVID-19 pandemic. Epistemological and curricular *ebò*. Enchantment promotion. Public policies for an emancipatory education.

## “A MINHA GENTE HOJE ANDA FALANDO DE LADO E OLHANDO PRO CHÃO, VIU...” E “EXISTEM MUITAS COISAS QUE NÃO TE DISSERAM NA ESCOLA”<sup>2</sup>

“Então grite. Isso não vai te fazer inabalável.

Mas toda mulher que fala é invencível”.

(LEÃO, 2019, p. 203-4).

*“Você que inventou esse estado e inventou de inventar toda a escuridão. Você que inventou o pecado esqueceu-se de inventar o perdão” e “São nações escravizadas, e culturas assassinadas. É a voz que ecoa do tambor”.*

Um incômodo significativo estabeleceu-se neste tempo e espaço. O tempo se acelera numa velocidade impressionante. A conexão por meio das funcionalidades artificiais é uma das variáveis responsáveis por essa aceleração sem precedentes. Entretanto, o espaço é o do confinamento. A disciplina necessária à manutenção do distanciamento social imposto pela pandemia da Covid-19 encaminhou algumas poucas pessoas, docentes em especial, para o interior de cômodos apertados. Dentro das telas, para o exercício profissional remoto, é por onde caminhamos nos últimos meses – ou ainda dentro de nós mesmas, para aquelas que empreenderam esse percurso deveras árduo, porém necessário.

O mundo, a história e a geografia como conhecíamos findaram em 18 de março de 2020. Estabeleceu-se um hiato entre essa data e a próxima, a desconhecida data do restabelecimento das atividades presenciais. Retorno ao não normal, ao anormal, ao pós-normal, a outro mundo – igualmente marcado por crises infinitas e por desigualdades estruturais intocadas –; afinal, nada jamais será como foi um dia ou tudo permanecerá como sempre foi antes? A aparência do exterior é de passividade em relação à barbárie; no interior, é a da consternação, do descontentamento, do assombro, da ojeriza, da repulsa, da raiva e do tremor sentido pelas mãos que, impulsionadas, escrevem e intentam traduzir uma parcela de tamanha indignação e revolta – que hoje, agora, nos moverá em direção à transformação. Jamais seremos as mesmas professoras. Talvez nunca houvesse tanta urgência.

É necessário confessar que são tempos e espaços difíceis e desafiadores de experienciar, de pensar, de agir, de praticar nossas ciências de modo cotidiano e, surpreendentemente, novo, desconhecido e por vezes incompreensível. Óbvio que há algumas variáveis positivas no contexto de inúmeras limitações, possibilidades impensáveis até o momento da reclusão. Restabelecer alguns diálogos remotamente com companheiras estimadas de atuação profissional é uma das potencialidades do momento. O equipamento, a conexão, a boa vontade de iniciar os aprendizados necessários, de fazer uso de linguagens e mecanismos até então questionados, permearam a rotina dos últimos meses.

Permanece a crítica incisiva ao capitalismo de vigilância e à perversidade dos processos globalitários (SANTOS, 2001) nas variadas escalas geográficas de análise. No entanto, o entendimento da possibilidade de luta armada com estratégias de guerra similares por meio das tecnologias da informação e da comunicação foi elemento decisivo nos processos de pesquisa e de ensino-aprendizagem-ensino empreendidos. O momento será para além da crítica; portanto, enfatizaremos a necessidade de se realizarem proposições concretas, intervenções imediatas. O futuro é hoje porque nada mais estará disponível em um amanhã que talvez nunca exista. Novamente, lembramo-nos dos povos originários: incluímos no diálogo Krenak (2020) e sua insistência em nos fazer entender que o amanhã não está à venda; igualmente, Santos (2020) nos diz que o futuro pode começar hoje. Este é um dos potenciais aprendizados da cruel pedagogia do vírus, sobretudo no que diz respeito às considerações relativas às epistemologias do Sul e ao debate colonialidade-decolonialidade – colonialidade aqui compreendida como o carregamento colonial que mantém a vigência de um projeto de dominação nas dimensões do ser, do saber e do poder (RUFINO, 2018).

<sup>2</sup> *Cota não é esmola*, canção de Bia Ferreira (2018).

Portanto, este texto começa com um relato-desabafo. É impossível permanecermos alheias, observando inertes ao massacre que se realiza neste território da colonialidade. Estamos, novamente, ameaçadas e ameaçados de extermínio. E somos sempre as mesmas e os mesmos – as mulheres, o povo negro, o povo indígena, as pessoas LGBTQs, idosas, com deficiência, periféricas, ribeirinhas, quilombolas. Ao olharmos para fora das telas e vermos, recusando-nos à cegueira epistemológica (LOUZADA; ALVES, 2018), encontraremos um país em destruição, similar ao ocorrido há mais de 500 anos no violento processo de colonização europeia.

**“Eu pergunto a você: onde vai se esconder da enorme euforia?” e “Se não me espelhou, não me espelhou, não chamo de educação”<sup>3</sup>**

*“Como vai proibir quando o galo insistir em cantar? Água nova brotando e a gente se amando sem parar” e “Aqui não tem drama ou gente inocente. Aqui tem mulher firme arrebatando as suas correntes. A vida toda alguma coisa tentou me matar e eu me refiz”.*

Relatório recente produzido por colegas da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FERREIRA *et al.*, 2021) comprova a existência de uma estratégia institucional, no âmbito do governo federal, de disseminação do novo Coronavírus no Brasil. Essa estratégia se realizou por meio da publicação de normas jurídicas, de atos de obstrução às respostas dos entes estaduais e municipais e, ademais, de uma política pública de desinformação e de veiculação de mentiras – com o descrédito da ciência – em redes reais, digitais e midiáticas, que dificultaram a coordenação das ações e a adesão da população na contenção da pandemia. Houve uma nítida e premeditada ação do Estado na violação dos direitos humanos no país, sobretudo das garantias constitucionais do direito à inviolabilidade da vida humana e do acesso à saúde pública em contexto de grave crise sanitária mundial (BRASIL, 1988). Outrossim, há os omissos e os cúmplices, e esses são numerosos.

Todavia, novamente e sempre, recusaremos a sucumbir. Aqui o faremos por meio dos artifícios da profissão docente e da nossa intelectualidade na área da geografia e da educação. Em oposição crítica e resistente, igualmente propositiva, compartilharemos com as e os colegas de profissão uma experiência teórico-prática – de projeto de pesquisa-ensino de natureza bibliográfico-experimental e qualitativa e de escrita analítico-explicativa – no processo da formação inicial de professoras e de professores em cursos de licenciatura de nível superior – e, portanto, de produção de vida e de encantamento em oposição à necropolítica vigente no território brasileiro contemporâneo. Como nos apresenta Rufino (2019), o oposto da vida não é a morte, e sim o desencanto.

Nossa escrita analítica-explicativa é sensivelmente inspirada no mecanismo – consagrado na literatura negra feminina brasileira e, mais recentemente discutido nas pesquisas de nosso campo, que propõe o estabelecimento de “*Geo-grafias negras e Geografias Negras*” (GUIMARÃES, 2020) – das escritas (EVARISTO, 2017). Em aproximação ao diálogo estabelecido com Guimarães (2020), acreditamos na urgência de uma práxis docente e científica por meio de um corpo epistemológico enegrecido – e *feminino*, grifo nosso – na constituição de um sistema epistemológico próprio. Propondo análises em decorrência das experiências espacialmente referenciadas “desde dentro” (GUIMARÃES, 2015) ou não necessariamente, mas sobretudo, enfatizando questões que atravessam nossos territórios-corpos (HAESBAERT, 2020), nossas leituras de mundo e nossas experiências como intelectuais e pesquisadoras mulheres não brancas do sudoeste da Amazônia brasileira, nosso objetivo é a execução de um projeto de território – em específico, o escolar e o acadêmico – comprometido com a igualdade de direitos – em especial a racial e a de gênero – e a democracia. Como enfatiza a autora:

Neste caso, significa buscar temas, elementos e referências pertencentes ao grupo sociorracial negro para que as pesquisas façam sentido para o pesquisador, para a Geografia e para qualquer pessoa negra que a leia. A comprovação de uma pesquisa negra não se dá único e exclusivamente por dados estatísticos como na Geografia Quantitativa, mas pela compreensão daqueles ao qual o assunto pertence e faz algum sentido (GUIMARÃES, 2020, p.296).

Pesquisas relevantes de nosso campo, ainda, indicam a presença de processos de invisibilização das mulheres – em particular, as negras – e dos estudos de gênero tanto nos documentos prescritivos de currículo nas universidades brasileiras (FARIA; RATTIS, 2017) quanto na práxis docente da componente geografia no ensino fundamental e médio (SILVA, 2011). Há avanços expressivos nessa área temática do conhecimento, na qualidade das pesquisas realizadas, na abrangência e divulgação das publicações

<sup>3</sup> *Antiga poesia*, canção de Ellen Oléria (2012).

científicas e na nossa presença inicial em espaços institucionais de poder. Entretanto, urge normatizar os progressos nas prescrições curriculares para o ensino superior – sobretudo, em cursos de licenciatura para formação docente – e para a educação básica – especialmente, no contexto territorial atual de expressivas violações de direitos no país.

Em continuidade ao processo de contextualização da profunda crise pandêmica vivenciada no território brasileiro e sua relação com o projeto de pesquisa-ensino a ser dialogado, fazem-se necessárias algumas explicações. O trabalho interdisciplinar na aproximação do conhecimento do campo da geografia e educação com as referências musicais e as literárias se constitui um movimento profissional habitual, como é constatável nas colocações do texto “*Pra não dizer que não falei das flores*” (MALHEIROS, 2020c) que em seguida qualificou um projeto de extensão de igual nome (MALHEIROS; GUIMARÃES SILVA, 2020) acrescido da produção de um podcast. O projeto do podcast é consequência da transposição didática desse projeto de educação para as plataformas digitais de reprodução de áudio com o objetivo de divulgação científica das pesquisas realizadas. Os episódios – assim como uma de nossas práticas de ensino-pesquisa a serem dialogadas – se constituem em leituras da nossa referência literária prioritária em aproximação com as chamadas “*Geo-grafias negras*” (GUIMARÃES, 2020), logo, no diálogo convergente entre geografia e literatura negra feminina brasileira.

Igualmente, as referências musicais e as literárias foram mecanismos introdutórios em nossos encontros acadêmicos síncronos no contexto do ensino remoto emergencial decorrente das exigências sanitárias para contenção da pandemia da Covid-19. A referência do título e as qualificativas das presentes sessões foram dialogadas por intermédio das práticas propostas na pesquisa e nas dinâmicas da práxis docente no contexto do território acadêmico de nossa Instituição. A ideia da divisão desse texto com trechos de duas obras em simultâneo é uma das consequências do nosso projeto de educação e da tentativa de articulação das referências mais clássicas – como as músicas de protesto – com as mais contemporâneas, sobretudo, as realizadas por mulheres negras com o propósito de tensionar situações explícitas de desigualdade racial e de gênero, além de reforçar contextualizações afirmativas na representação dessas sujeitas e desse grupo social em específico.

Portanto, estas discussões, apresentadas em formato pouco usual para um artigo acadêmico-científico são resultado de nossas preocupações mais recentes. Acreditamos que tão importante quanto teorizar e qualificar filosófico-epistemologicamente nossas pesquisas é demonstrar na prática como a empreendemos e aquilo que a justifica. Este texto é uma modesta tentativa nesse sentido. Uma tentativa de compartilhamento de um projeto de pesquisa-ensino-aprendizagem-ensino por meio de uma leitura de mundo (FREIRE, 1989) – que antecede a leitura da própria palavra, simultaneamente, particular e coletiva de grupos sociais, historicamente subalternizados, em consequência dos processos hegemônicos de colonização empreendidos no território brasileiro – com o propósito emergencial de se apresentar possibilidades sensíveis de acréscimos aos conhecimentos científicos canônicos pacificados. Processo estabelecido em consonância com os dispositivos legais constituintes do ordenamento jurídico do sistema nacional de educação e, portanto, norteadores das políticas públicas para a área. Questionar os espaços de privilégio, afirmar a qualidade da nossa práxis desobediente (MIGNOLO, 2008), certamente, provocará em alguns estranheza. Para outras, sobretudo, as nossas discentes, essa insurgência motivou identificação, proximidade, vínculo, afeto e produção potente de conhecimento científico em ação. É neste sentido que compreendemos o conceito de decolonialidade, em convergência com as seguintes proposições:

Ao argumentarmos em favor da decolonialidade como um projeto político-acadêmico que está inscrito nos mais de 500 anos de luta das populações africanas e das populações afrodiáspóricas, é preciso trazer para o primeiro plano a luta política das mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo, dos jovens da periferia, da estética e arte negra, bem como de uma enormidade de ativistas e intelectuais, tais como: Luiz Gama, Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Eduardo de Oliveira e Oliveira, Clóvis Moura, Sueli Carneiro, Frantz Fanon, Césaire Du Bois, C. L. R. James, Oliver Cox, Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins, etc (BERNADINO-COSTA.; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2019, p. 10-11).

Nesse sentido, nosso movimento será, majoritariamente, coletivo e afetivo. Trabalhamos em conjunto no contexto de uma experiência inédita e, até o momento, amplamente desconhecida, por todas e todos. Adiantaremos que o processo de encantamento produzido somente foi possível em decorrência do engajamento profundo e comprometido de docentes em processo inicial de formação. E a produção é deveras promissora, tanto que algumas delas são coautoras deste texto. Deixarei público todo o agradecimento às acadêmicas e aos acadêmicos da Licenciatura em Pedagogia – semestre 2020.1 – da

nossa Instituição Federal de Ensino Superior – IFES – por dias de maravilhamento ao dialogarmos a respeito das categorias que nos são caras: experiência, docência, espaço/território – corpo, escolar e acadêmico – e diferença – racial, de gênero, de sexualidade e de religiosidade dissidentes.

Importante destacar neste momento a posição inicial das investigações e, sobretudo, das indicações, porquanto serão preliminares. Contudo, não existe mais adiamento possível para se empreender uma prática de pesquisa, de ensino e de educação no campo da ciência geográfica – em especial, da educação geográfica para a formação de professoras e de professores – explicitamente antirracista e antissexista.

Ademais, que os processos históricos e geográficos de opressão e de desigualdade, no que diz respeito ao racismo e ao sexismo estrutural, institucional, religioso, pandêmico e, sobretudo, epistemológico e curricular, sejam tensionados. Por conseguinte, as conquistas e as contribuições de um feminismo afrodiaspórico (HOOKS, 2017, 2019; ADICHIE, 2015, 2019; GOMES, 2019; KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2019; GONZALES, 2020 [1998]; BAIRROS, 2020 [1996]) e de uma geografia e uma pedagogia feministas associadas a essas concepções nos indicam as possibilidades epistemológicas introdutórias na condução do caminho analítico. Sejam todas e todos feministas (ADICHIE, 2015), para a produção de um mundo mais igualitário e, sobretudo, equitativo.

No caminho teórico-experimental, realizar-se-á o diálogo entre a legislação específica (BRASIL, 1996, 2003, 2008, 2015) – entendida como garantia de direitos – e o currículo prescrito e entre o currículo prescrito e o currículo praticado – entendidos como espaços de poder e, portanto, de disputas e de contradições – no contexto de uma política pública de educação e no campo específico dessa pesquisa. A mediação se estabelecerá em relação a uma proposta prática de educação geográfica em/para os direitos humanos – visto que, até o presente, não existem diretrizes curriculares específicas para uma educação em igualdade de gênero e antissexista – e uma educação geográfica das relações étnico-raciais (BRASIL, 2004, 2013, 2015) no processo de formação de docentes no âmbito da nossa Instituição. A aproximação com a obra literária *Heroínas Negras Brasileiras em 15 Cordéis* (ARRAES, 2017), do mesmo modo, com a elaboração de uma lista de reprodução de música brasileira prioritariamente negra e feminina, indica um início urgente e promissor para o aqui e o agora. Este movimento específico de alteração das práticas didático-pedagógicas e dos documentos normativos, como movimento histórico no território brasileiro, é denominado por Gomes (2019) de processo de “*descolonização dos currículos*”, e, portanto:

É um desafio para a construção da democracia e para a luta antirracista, é reconhecer que apesar dos avanços dos séculos XX e XXI, a colonialidade e o próprio colonialismo se mantêm incrustados nos currículos, no material didático, na formação das professoras, dos professores, das gestoras e dos gestores em educação (GOMES, 2019, p.291).

Desse modo, iniciamos o texto com um relato-desabafo relacionado às violações de direitos no contexto territorial e pandêmico brasileiro contemporâneo, seguido das discussões introdutórias que dialogam a respeito das justificativas do nosso projeto de educação, das características e dos encaminhamentos teórico-metodológicos da pesquisa realizada – e sua urgência relacionada com a crise sanitária. Na próxima sessão, discutiremos as questões norteadoras do processo da pesquisa, uma breve problematização das teorias de currículo em convergência com o ordenamento jurídico para a educação das relações raciais e para a igualdade de gênero e, posteriormente, de nossa proposta prática de reescrita curricular para uma experiência inicial e particular com o ensino remoto emergencial em nossa Instituição Federal de Ensino Superior. Para finalizar, apresentaremos e discutiremos os resultados iniciais obtidos – os qualitativos, os quantitativos e os normativos – e os anúncios para o presente, uma vez que devemos, urgentemente, “*parar de vender o amanhã*” (KRENAK, 2020, p. 88).

Outrossim, para além de indicar direcionamentos assertivos, a pesquisa objetiva compartilhar as possibilidades e as limitações de caminhos analítico-experimentais da pesquisa na temática da geografia e da educação e na composição de um projeto de ensino entendido como um projeto de sociedade – um projeto de educação geográfica e de sociedade para hoje, um projeto de presente. Portanto, saudaremos *Exu*<sup>4</sup> para que nos abra os acessos de sua encruzilhada e nos permita estabelecer uma comunicação promissora entre esses mundos. *Mojubá!*<sup>5</sup> (MALHEIROS, 2000c).

<sup>4</sup> Na tradição Iorubá, uma orientação cultural afro-brasileira, *Exu* é o Orixá – entidade sagrada da natureza – responsável pela comunicação entre o *Orun* e o *Aiyé*, o mundo dos Orixás e o mundo das manifestações terrestres.

<sup>5</sup> Saudação em respeito ao Orixá *Exu*.

## **“INDA PAGO PRA VER O JARDIM FLORESCER, QUAL VOCÊ NÃO QUERIA...” E “DIGA NÃO AO RACISMO, DIGA NÃO AO PRECONCEITO”<sup>6</sup>**

*“Você vai se amargar vendo o dia raiar sem lhe pedir licença. E eu vou morrer de rir, que esse dia há de vir antes do que você pensa” e “Diga não ao genocídio do meu povo preto”.*

Nosso projeto de ensino para a componente obrigatória específica – Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia – do curso de Licenciatura em Pedagogia desta universidade apresenta uma determinada orientação epistemológica, acrescida de importantes documentos da legislação reguladora e de currículos prescritivos, como dito anteriormente. Portanto, a continuidade da discussão da pesquisa e deste texto será realizada por meio das seguintes questões norteadoras, em um processo de descolonização científica e curricular em andamento:

1) É possível permanecermos alheias ao contexto da crise pandêmica, assim como ao contexto da crise racial, do patriarcado, do capitalismo e da democracia no território brasileiro e mundial, em um projeto de ensino-curso de nível superior – licenciatura – para a formação docente? Em uma proposta inicial de se produzir *Uma Geografia da Nossa Gente*? A ideia está em processo incipiente de formulação teórico-prática.

2) É viável inserir a leitura territorial do mundo contemporâneo – em um processo de alfabetização/letramento geográfico-cartográfica – no documento de prescrição curricular da componente a ser trabalhada por meio do ensino remoto emergencial nesta universidade?

3) Há a possibilidade de – por intermédio de um processo de replanejamento do projeto de ensino-curso – dar ênfase na análise dialógica das categorias geográfico-pedagógicas experiência, docência, território corpo-acadêmico e diferença, em conformidade com as disposições da Lei nº 11.645/2008 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e em/para os direitos humanos?

Com ênfase na categoria geográfica território e na perspectiva específica do conceito de território-corpo (HAESBAERT, 2020), “enquanto condição última e inexorável de nossa existência” e próxima do conceito de território-corpo-terreiro, presente na proposta política, poética e ética da “Pedagogia das Encruzilhadas” (RUFINO, 2018, 2019), destaca-se:

Esses devem ser compreendidos como sendo a própria incorporação desses “tempos/espaços”, ou seja, corpos terreiros. Assim, à medida que o corpo negro foi desterritorializado, através de seu suporte físico e de suas potências, foi tornando-se capaz de recuperar e ressignificar memórias comunitárias, reconstruindo formas de sociabilidade e práticas de saber. O corpo é a instituição máxima e integrante da experiência em comunidade, é ele o elemento que institui e organiza o projeto comunitário. (RUFINO, 2018, p. 84).

4) De que forma recolocar os espaços das salas de aula multiculturais e para além destes – agora de modo remoto – na centralidade dos debates acadêmicos a respeito da educação – em especial, a geográfica – como mecanismos fundamentais de promoção da democracia em educação e da educação como prática da liberdade (HOOKS, 2017)?

O encaminhamento das questões anteriores se realizará, inicialmente, por intermédio de uma breve discussão a respeito da teoria de currículo relacionada à legislação específica e, portanto, relativa a este processo intencional, estrutural e articulado de seleção e de exclusão de conhecimentos científicos. Adiantaremos que o processo de reformulação das prescrições curriculares para os cursos de licenciatura em geografia e em pedagogia nesta instituição é anterior à crise sanitária. Entretanto, foi no interior do aprofundamento da gravidade da pandemia e da necessidade de adoção do ensino remoto emergencial que as alterações, de fato, se concretizaram materialmente.

As pesquisas no campo da teoria do currículo são numerosas e qualitativas, no Brasil e no exterior. No entanto, para o momento, o objetivo não será aprofundar essas questões. Contudo, é importante destacar que certas discussões no campo curricular se realizam por intermédio de um tripé analítico: o contexto da política econômica, o contexto da política pública de educação e o contexto da dimensão do cotidiano escolar (STRAFORINI, 2014).

Discutir currículo é uma ação política. Na perspectiva da análise crítica do campo curricular, os documentos prescritivos elaborados pelo Estado são entendidos como o resultado da hegemonia histórica

<sup>6</sup> *Diga não*, canção de Bia Ferreira (2018).

do colonialismo e do capitalismo, nas suas variáveis relativas ao poder econômico, social, racial, sexual, discursivo e epistemológico, estruturalmente opressoras e pretensamente dominantes.

Portanto, a produção dos documentos de currículo como uma ação exclusiva do Estado para a manutenção dos discursos e dos sujeitos universais e hegemônicos objetiva assegurar a naturalização das relações sociais, histórica e estruturalmente desiguais, de classe, gênero, raça e sexualidade. Como dissemos anteriormente, o campo do currículo é entendido como um espaço de disputa de poder, essencialmente marcado por conflitos e contradições. É, portanto, nesse campo que se precisa intervir, hoje.

Além disso, as questões, os sujeitos, as empresas e os mercados relacionados ao liberalismo econômico, ao processo de globalização periférico, colonial, patriarcal e perverso – como diria Santos (2001) – e aos organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial definem documentos redigidos e divulgados no início dos anos 2000 e nas décadas seguintes. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular são exemplos destacados. A lógica empresarial, meritocrática, da disputa, da competição, da hierarquia e da individualidade como finalidade dos projetos de ensino e das políticas públicas de educação é introduzida nessas orientações curriculares. Outrossim, as próprias conformações disciplinares e suas estruturas de pensamento e de ação, por meio das categorias, dos conceitos e das temáticas específicas, encontram-se comprometidas.

Parece-nos estar nítida a intrínseca relação das finalidades da educação básica (BRASIL, 1996) pertinentes às próprias dimensões objetivas para o ensino da geografia nessa composição dos níveis escolares e as políticas econômicas, e a relação destas com as políticas públicas de educação, além da articulação dos dois contextos anteriores por intermédio do currículo. A educação para a cidadania mediada pelo consumo (SANTOS, 2007), a formação profissional para o mercado de trabalho capitalista neoliberal, flexível e uberizado e a preparação para o prosseguimento dos estudos em nível superior, em processos altamente desiguais, são consequências diretas desse processo.

No contexto secular de desigualdade de acesso ao ensino superior público no Brasil, a regulamentação da política de ações afirmativas por meio das cotas sociorraciais para as discentes – Lei nº 12.711/2012 – e para as profissionais do magistério – Lei nº 12.990/2014 – é um marco decisivo inicial no processo de garantia de direitos. Os cinco séculos de ação e resistência dos movimentos negros organizados no país obtiveram resultados históricos no campo da operação do direito para o acesso menos desigual à educação superior e à prática profissional nas instituições federais, aos processos formativos iniciais e, portanto, ao tensionamento do racismo estrutural, institucional, epistemológico e, neste caso específico, curricular. Enegrecer os espaços acadêmicos é um dos movimentos essenciais no campo de poder das disputas curriculares.

Gomes (2019) dialoga conosco nesse movimento, em conformidade com a proposta definida anteriormente, e diz ser inegável a existência de uma perspectiva decolonial negra brasileira. Nesse texto, a autora defende a tese segundo a qual a estrutura colonial opressora se realiza em múltiplas dimensões da vida e da constituição das subjetividades do povo negro no Brasil, incluindo a dimensão pedagógica, da educação e do ensino nesse país. Do mesmo modo, discute a necessidade de se atuar no campo das disputas epistemológicas para descolonizar os currículos, sobretudo por intermédio do pressuposto e da perspectiva emancipatória dos processos educativos, de nível básico e de nível superior.

Depois, em conformidade com a autora, a constituição secular dos movimentos negros no Brasil, suas práticas de luta engajada e a composição de um conjunto de intelectuais em ação nas últimas décadas – nos campos da militância e da academia – possibilitaram a discussão institucional a respeito da desigualdade epistêmica e pedagógica e, portanto, da necessária atuação no processo de descolonização dos currículos. Pesquisas desenvolvidas nesse instante discutiam a reprodução do racismo no espaço escolar por meio dos materiais, dos rituais e das práticas pedagógicas empreendidas por seus sujeitos; igualmente, os livros didáticos, em especial os de Língua Portuguesa e Literatura, eram compostos por representações estereotipadas negativas a respeito das pessoas negras.

Portanto, é imperativo pensar o processo de intervenção no currículo como ação de política pública de educação mediada pela legislação reguladora. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que alteraram a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e, igualmente, a Resolução nº 02/2015 do Conselho Nacional de Educação, acrescentam aos documentos anteriores a dimensão pedagógico-epistêmica do processo de descolonização em curso. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004, 2013) complementam esse conjunto de políticas públicas comprometidas com a ideia de democracia em educação. E para que a educação seja verdadeiramente democrática, o combate ao racismo e ao sexismo precisa ser prioritário.

Essas regulamentações constituem a garantia de direito – no que diz respeito a um ensino e a uma prática pedagógica para a igualdade racial e marcadamente antirracistas – no campo da educação básica ao instituírem a obrigatoriedade da inclusão da temática da história e da cultura dos afrodescendentes, dos africanos e dos indígenas em todas as composições curriculares de nível básico. Isso, obviamente, pressupõe a formação inicial de docentes em nível superior para a efetivação desse marco legal, disposição encontrada na resolução que “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura) e para a formação continuada” (BRASIL, 2015, p. 1).

Decidimos transcrever o inciso II do parágrafo 5º, artigo 3º, capítulo I, que trata das disposições preliminares a respeito dos princípios da formação dos profissionais do magistério da educação básica nos cursos superiores de licenciatura no país:

A formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação (BRASIL, 2015, p. 4).

O projeto de educação deverá se desenvolver em conformidade com as diretrizes e normativas existentes para a educação básica e, portanto, considerar “as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade” (BRASIL, 2015, p. 5).

Similarmente, o domínio desses conhecimentos – a legislação reguladora e o currículo prescrito – é indispensável em relação a duas questões: para a efetivação prática dos marcos legais e das garantias de direitos na constituição de uma política pública de educação antirracista e antissexista, por intermédio da centralidade dos currículos praticados e dos processos emancipatórios estabelecidos nos espaços escolares e acadêmicos; e, igualmente, para as necessárias intervenções qualificadas na elaboração e na modificação dos documentos prescritivos e pretensamente hegemônicos de currículo, atuando decisivamente nos processos regulatórios de natureza democrática em educação, especificamente na educação geográfica.

Por consequência, entendemos que a proposição das orientações curriculares não se restrinja à ação exclusiva do Estado e dos mercados e, portanto, inclua as demandas das comunidades escolar e acadêmica, assim como das profissionais que produzem diariamente suas teorias e práticas científicas, didáticas e pedagógicas no cotidiano dos espaços escolares e acadêmicos. Para definir esse processo, Lopes e Macedo (2013) usam o termo “recontextualização de discursos híbridos”.

Insistimos com as acadêmicas: é imperativo se educar com qualidade por meio do domínio do conhecimento científico do campo, do conhecimento do campo da educação – da legislação reguladora e do currículo prescrito – e do conhecimento do cotidiano dos espaços escolares e acadêmicos. É nesse processo de pesquisa e de ensino-aprendizagem que teremos clareza da urgente e necessária intervenção nos documentos prescritivos e, de modo igual, na transformação dos conhecimentos acadêmico-científicos, dos conteúdos didático-pedagógicos e das suas práticas escolares associadas. É indispensável subverter “a ordem do discurso”<sup>7</sup>, ou melhor, é chegada a hora de provocar um “ebó epistemológico”<sup>8</sup> e curricular.

O ebó versa-se como um procedimento que confere uma espécie de sobrevida àquilo que padece de desencantamento. O que se compreende aqui como efeito de abertura de caminhos, de positivação, está diretamente vinculado à ordem do encantamento como acúmulo de energia vital, força mobilizadora da pujança criativa e da vivacidade dos saberes. (RUFINO, 2018, p. 80).

No sentido de ilustrar e exemplificar aquilo que acabamos de dizer, incluiremos a descrição de quatro momentos práticos específicos. O primeiro representa a prescrição curricular inicial para a componente trabalhada, documento ainda vigente no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Momento 1:

<sup>7</sup> Expressão título do livro de Michel Foucault (2004).

<sup>8</sup> Coerente com a postura epistemológica assumida, a expressão utilizada pelo pesquisador e babalorixá Sidnei Nogueira (2020), ao defender o conceito de racismo religioso, revela-se mais adequada para definir o caminho pretendido pela pesquisa. Ebó se constitui como um ritual de agradecimento aos Orixás, como Exu, por exemplo, por conceder acesso às suas encruzilhadas.

**Identificação da Disciplina:** Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia, 80h, 7º Período, CED31079. **Pré-requisitos:** Verificar na grade curricular ou no PPC. **Modalidade/Curso:** Pedagogia/Licenciatura **Objetivo Geral:** Trabalhar a relação entre as diferentes concepções que orientam o ensino-aprendizagem de Geografia e seus desdobramentos na prática docente numa visão crítico reflexiva da realidade; apresentar um conjunto de estratégias e mecanismos metodológicos que possibilitem discutir conceitos fundamentais da Geografia. **Ementa:** Breve histórico da disciplina Geografia no Brasil; Concepções curriculares elaboradas para o ensino de Geografia do Brasil. As metodologias relativas ao estudo dos conhecimentos contextualizados no espaço geográfico, por meio da cartografia escolar e dos demais mecanismos de representação dos fenômenos espaciais. O homem como sujeito que reproduz o espaço; conceitos de espaço, lugar e território. Estudo da relação homem-natureza priorizando a realidade amazônica. O ensino de Geografia na educação inclusiva. (Prescrição curricular vigente no PPC da Licenciatura em Pedagogia – UNIR/Campus Porto Velho). Fonte: Material da Pesquisa, 2020.

O segundo se relaciona ao processo de reformulação curricular do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia, realizado em maio de 2020. Momento 2:

**Identificação da Disciplina:** Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia/Eletiva. **Modalidade/Curso:** Geografia/Licenciatura. **Pré-requisitos:** Não possui. **Objetivos:** Proporcionar às acadêmicas e aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Geografia o entendimento da relação entre as diferentes concepções que orientam o ensino-aprendizagem da Geografia e suas correlações com a prática docente, em uma perspectiva histórico crítica e decolonial da realidade acadêmica e da escolar; apresentar um conjunto de estratégias e de mecanismos teórico-metodológicos que possibilitem discutir categorias, conceitos e temáticas fundamentais da Ciência Geográfica e suas correspondentes mediações didáticas para o exercício profissional do magistério. **Ementa:** Breve histórico da disciplina Geografia no Brasil; as dimensões objetivas do ensino da Geografia; as concepções curriculares elaboradas para o ensino da Geografia, entre a regulação e a emancipação; as categorias e os conceitos fundamentais da disciplina: espaço geográfico, território, paisagem, região, lugar e natureza, priorizando a realizada amazônica e a dimensão do cotidiano escolar; os mecanismos de representação do espaço geográfico por meio do processo de alfabetização cartográfica; a Geografia do Relevo e do Clima; as expressões espaciais da questão étnico-racial e de gênero e o ensino da Geografia por intermédio da perspectiva decolonial e para a promoção de uma educação geográfica antirracista e antissexista. (Prescrição curricular em processo de reformulação no PPC da Licenciatura em Geografia – UNIR). Fonte: Material da Pesquisa, 2020.

O terceiro e o quarto momentos práticos referem-se ao documento de currículo praticado na componente “Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia”, adaptado para o contexto pandêmico e o formato remoto emergencial, numa perspectiva de valorização do contexto dos cotidianos dos territórios-corpos-acadêmicos, nitidamente orientada para a educação das relações raciais e em /para os direitos humanos e, portanto, para a igualdade racial e de gênero. Momento 3:

**Identificação da Disciplina:** Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia, 80h, 7º Período, CED31079. **Pré-requisitos:** Verificar na grade curricular ou no PPC. **Modalidade/Curso:** Pedagogia/Licenciatura **Objetivos e Ementa:** A trágica excepcionalidade imposta pela pandemia da COVID-19 nos provoca a pensar e a agir imediatamente em relação a questões urgentes. Um processo de pesquisa, de ensino de Geografia e de Educação geográfica em cursos superiores de licenciatura para a formação de professoras e de professores que contemple a temática da equidade, como são a igualdade racial e a de gênero, são proposições imediatas. As atividades de ensino remotas emergenciais objetivarão, inclusive, promover o diálogo a respeito da legislação reguladora – entendida como garantia de direitos -, o currículo prescrito e o praticado nas Licenciaturas em Geografia e em Pedagogia para a promoção de uma Educação geográfica para a igualdade racial e de gênero, em um processo de ensino-aprendizagem mais justo, diverso, democrático e emancipatório. (Documento de currículo praticado adaptado em decorrência do contexto pandêmico e do formato remoto emergencial para o curso de Licenciatura em Pedagogia – UNIR/Campus Porto Velho). Fonte: Material da Pesquisa, 2020.

Seguem alguns exemplos de referências trabalhadas neste projeto de ensino – momento 4:

ALVES, Lidiane Aparecida. (Des)esperanças em tempos de pandemia: problematizações sobre a covid-19 a partir da geografia crítica. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**. Edição Especial: Covid-19, jun./2020 p.25 – 35.

GONZÁLES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GUIMARÃES, Geny Ferreira; ANDRADE, Rodrigo Coutinho; ROCHA, André Santos da. Políticas **Públicas Educativas e Ensino de**

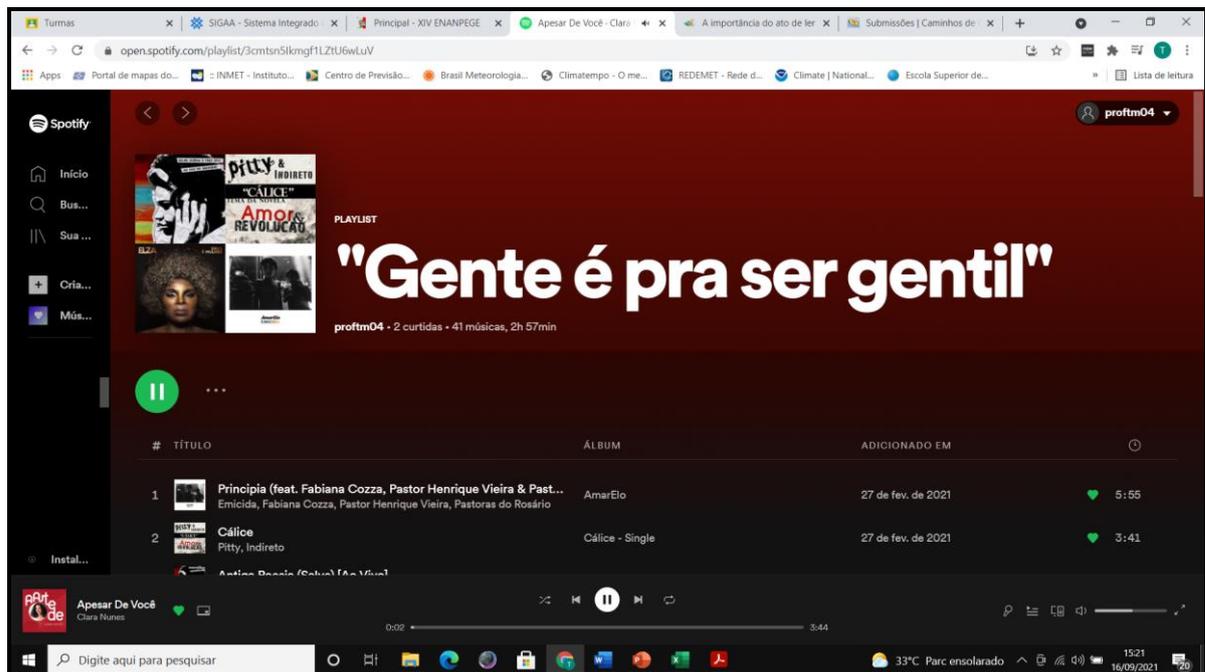
**Geografia.** <https://www.youtube.com/watch?v=IPUV3QDSfJU&list=PLBoDhDR7jFRXvNjJhmlBgBWzHRmtGrr2P&index=14>.

TEIXEIRA, Thiago. **Letramento racial e conhecimentos antirracistas.** <https://www.youtube.com/watch?v=sTmx3GcSsFU&list=PLBoDhDR7jFRXvNjJhmlBgBWzHRmtGrr2P&index=11>. (Documento de currículo praticado adaptado em decorrência do contexto pandêmico e do formato remoto emergencial para o curso de Licenciatura em Pedagogia – UNIR/Campus Porto Velho). Fonte: Material da Pesquisa, 2020.

Para melhor detalhar o projeto do curso exposto anteriormente, compartilharemos alguns mecanismos importantes caracterizadores de nossa práxis. Indicaremos as unidades temáticas, os mecanismos avaliativos mas, sobretudo, é válido enfatizar que, para além do formato do projeto, a diferença fundamental reside no modo como os diálogos foram realizados, na constituição de um corpo epistemológico e referencial composto por mulheres, por pessoas negras e indígenas e igualmente, na tentativa de consolidar uma comunidade democrática e afetiva do conhecimento científico em geografia na relação com a educação (HOOKS, 2019) – compreendido como garantia de direitos –, no compromisso com a autonomia intelectual discente e na adoção da “Geo-grafias negras” (GUIMARÃES, 2020) por meio do diálogo interdisciplinar geografia e literatura negra feminina brasileira com o uso da referência prioritária “Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis” (ARRAES, 2017).

Para além dos documentos prescritivos e praticados de currículo, o projeto de ensino – de curso – se caracterizou por um conjunto articulado de mecanismos de ensino-aprendizagem-ensino e de formas-conteúdo geográfico-pedagógicas relacionadas aos objetivos discutidos anteriormente. A comunicação remota se estabeleceu, inicialmente, por intermédio da música e da literatura, especialmente a negra feminina brasileira. Precisávamos nos conectar mais direta e assertivamente, e pareceu-nos que as artes cumpririam bem essa função. A lista de reprodução do projeto chama-se “Gente é pra ser gentil”<sup>9</sup> – FIGURA 1 (MALHEIROS, 2021).

Figura 1 - Print da tela com a imagem da lista de reprodução do projeto - “Gente é pra ser gentil”.



Fonte - Material da pesquisa, 2021.

As unidades temáticas propostas foram as seguintes: 1. Documentos Jurídicos e Prescritivos de Currículo para a Educação Básica; 2. Categorias, Conceitos e Temas do Campo Científico da Geografia; 3. Processo de Alfabetização/Letramento Geográfico-Cartográfica; 4. Geografia da Natureza; 5. Geografia e Educação das Relações Étnico-Raciais e em/para os Direitos Humanos. Os dispositivos práticos-avaliativos se constituíram em seminários temáticos das respectivas unidades e na redação autoral de um documento denominado de “Caderno Geográfico de Campo da Pandemia”, com o propósito de registrar

<sup>9</sup> *Principia*, canção de Leandro Roque e Nave, interpretada por Emicida (2019).

em particular a compreensão da leitura do mundo pandêmico e contemporâneo – em especial, da realidade Amazônica, das questões do nosso Estado e da nossa Instituição –, das discussões empreendidas nos encontros síncronos – na relação geografia, educação, território-corpo, docência e diferença – e das referências obrigatórias sugeridas para os momentos de atividades assíncronas. Ademais, o início de cada encontro em tempo real era precedido pela audição de uma referência musical e pela leitura de um dos cordéis da referência literária prioritária adotada. Trabalhamos ainda com projetos de pesquisa e de extensão institucionais articulados a este projeto de ensino (MALHEIROS, 2020a, 2020b, 2020d; MALHEIROS; GUIMARÃES SILVA, 2020), além de projeto de extensão de colegas com expressiva atuação no ano de 2020 e, inclusive, com colaboração nossa (MALHEIROS; WOLLMANN, 2020).

A obra literária referência (ARRAES, 2017) é composta por 15 cordéis (FIGURA 2). Cada um deles apresenta uma mulher negra, revolucionária como Jarid, responsável pela constituição de sua história e sua geografia particular em simultaneidade aos processos socioespaciais empreendidos no território brasileiro. São mulheres quilombolas, abolicionistas, mulheres lideranças de movimentos de insurreição, trabalhadoras domésticas, mulheres sindicalistas, escritoras, jornalistas, professoras, mulheres deputadas, rainhas e princesas na África e no Brasil – todas representantes dos movimentos negros brasileiros em sua estreia na luta e na resistência contra os processos coloniais e patriarcais de escravização opressora e cotidiana (KILOMBA, 2019) do povo negro neste país. A essa prática foi acrescida a transposição da dinâmica das leituras realizadas nos espaços acadêmicos e cotidianos das salas de aula para uma plataforma digital de reprodução de áudio, no contexto da constituição do projeto de extensão institucional “*Pra não dizer que não falei das flores*” (MALHEIROS; GUIMARÃES SILVA, 2020), com o objetivo de divulgação científica e da expansão do alcance da pesquisa realizada, sobretudo, no contexto de execução excepcional das atividades remotas emergenciais (FIGURA 3).

Figura 2 - Imagem da capa e das ilustrações internas da referência “*Heroínas Negras Brasileiras*”.



Fonte - ARRAES, 2017.

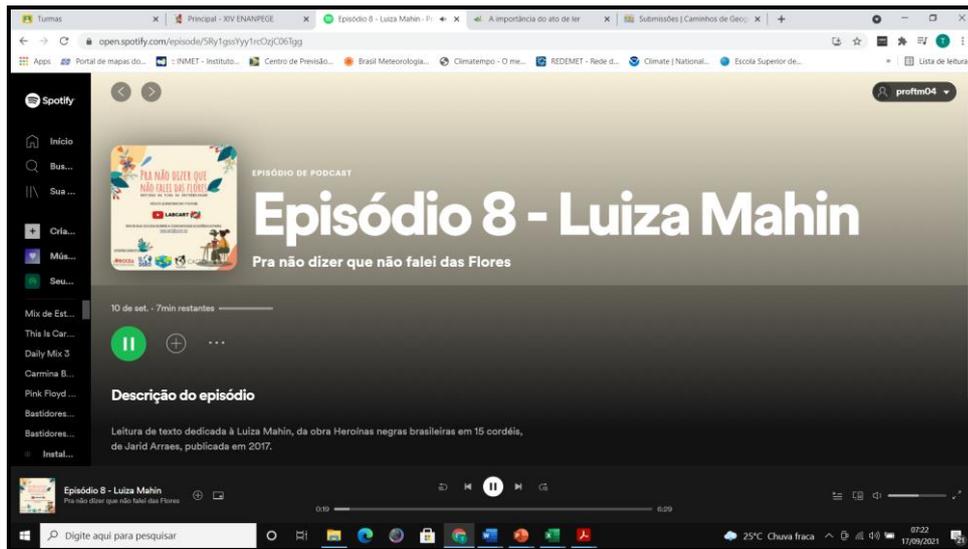
Concordamos ser perigoso recorrer a uma história e a uma geografia únicas e hegemônicas (ADICHIE, 2019). Ademais, hooks (2019) afirma que a conversa é o lugar central da pedagogia do educador democrático e que o conhecimento pode ser compartilhado em diversos modos de discurso. A diversidade de formatos de comunicação e de linguagens incorporadas aos processos de ensino-aprendizagem-ensino configurar-se-ia resistência à tendência de manter os valores do dominador na educação superior.

A autora acrescenta:

O discurso acadêmico, tanto escrito quanto falado, sobre raça e racismo, sobre gênero e feminismo, significou uma grande intervenção, ligando as lutas por justiça fora da academia a modos de conhecimento no interior dela. Isso foi revolucionário. Instituições que eram fundadas em princípios de exclusão – a suposição de que os valores que encorajam e mantêm o patriarcado capitalista supremacista branco imperialista eram verdadeiros – começaram a considerar a realidade dos preconceitos e a discutir o valor da inclusão. Educadores democráticos têm sublinhado o valor do pluralismo. (HOOKS, 2019, p. 204).

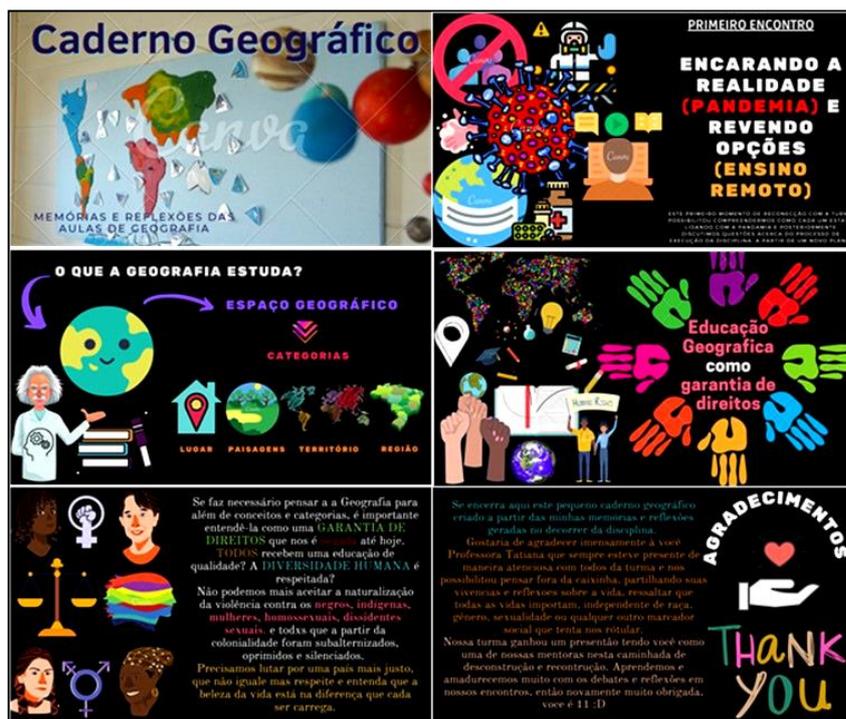
A escrita do caderno geográfico de campo da pandemia era livre e autônoma, deveria somente conter os relatos das atividades síncronas e das atividades assíncronas realizadas, do mesmo modo que de tudo que se julgasse pertinente compartilhar em momento de profunda apreensão. A qualidade do conteúdo apresentado na quase totalidade dos documentos é produtora de potência de vida e de encantamento. Poesias autorais, desenhos manuscritos, esquemas, mapas mentais, desabafos pessoais, discussões acadêmico-científicas, intertextualidades com referências musicais, literárias e cinematográficas, além de algumas experiências de luto são exemplos encontrados em inúmeros desses documentos. Seguirá na sequência, a representação de um dos “Cadernos” elaborado em formato de reprodução visual por meio de um vídeo digital (FIGURA 4).

Figura 3 - Print da tela com a imagem do Projeto de Extensão “Pra não dizer que não falei das flores”.



Fonte - Material da pesquisa, 2020.

Figura 4 - Print da tela com imagens de um dos “Cadernos geográficos de campo da pandemia”, em formato de reprodução visual.



Fonte - Material da pesquisa, 2020.

## **“VOCÊ VAI TER QUE VER A MANHÃ RENASCER E ESBANJAR POESIA” E “BRASIL, CHEGOU A VEZ DE OUVIR AS MARIAS, MAHINS, MARIELLES, MALÊS”<sup>10</sup>**

*“Como vai se explicar vendo o céu clarear de repente, impunemente? Como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente?” e “Mangueira, tira a poeira dos porões, ô, abre alas pros teus heróis de barracões, dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões. São verde e rosa as multidões”.*

O engajamento comprometido com a proposta de escrita emancipatória foi amplamente compreendido e se demonstrou um mecanismo potente de produção de conhecimento geográfico-pedagógico em contexto de profunda excepcionalidade. Igualmente, as possibilidades de representatividade racial, de gênero, de sexualidade e de religiosidades dissidentes nos apresentaram indícios contundentes de correspondência positiva com a continuidade dos estudos e a permanência na universidade, independentemente das adversidades. Identificar as diferenças, valorizar as diversidades e promover uma geografia e uma educação para a igualdade de direitos e a laicidade do Estado devem ser nossos objetivos prioritários ao elaborar um projeto de ensino como mecanismo de política pública institucional na área da formação docente. Ver-se representada e representado nos documentos de currículo e nas práticas cotidianas dos espaços-territórios-corpos-acadêmicos-escolares, além de produzir respeito, produz vida, ciência e conhecimento.

Portanto, agora esbanjaremos poesia...por intermédio da apresentação transcrita de alguns dos nossos resultados qualitativos mais expressivos, relatos de experiências extraídos da redação intelectual autoral dos “*Cadernos geográficos*” das e dos discentes participantes da execução do referido projeto de pesquisa-educação:

A aula foi de grande acolhimento, todavia, que o momento atual que estamos vivenciando deixou todos impactados. De uma hora para outra o nosso direito de ir e vir teve que ser substituído pelo isolamento social para um bem comum. A pandemia trouxe a todos os estudantes diversas perdas, tanto de familiares, amigos, vizinhos, como do emocional e/ou do financeiro, modificando nossas vidas para sempre. Contudo, fez-se presente também um grande conforto, desde a leitura do livro *Heróínas Negras brasileiras*, no qual apresenta a luta e as forças de diversas mulheres negras, servindo de inspiração para seguir em frente, abordando em seu diálogo que não estamos sozinhos e que alguns problemas que estamos passando só se expandiu com a pandemia, já que se fazia presente há tempos. (Docente em formação 1). Fonte: Material da pesquisa, 2020.

A aula se iniciou com uma canção que eu não conhecia, porém, achei maravilhosa. “Não precisa ser Amélia”, que música linda, ouvindo a letra me passou um filme na minha cabeça, vi minha mãe passando por tudo aquilo, falamos sobre a pandemia que ainda está fazendo suas vítimas, foi lido o poema do livro *Heróínas Negras*, o qual eu adquiri pois os poemas são maravilhosos e eu sempre mando o que eu leio para minhas irmãs. Hoje o dia foi da Tia Ciata que era cozinheira e que levou o samba para o Rio de Janeiro, trabalhou de quitandeira para sustentar os filhos, daí surgiu o questionamento do Acarajé que é um alimento que foi feito pela religião do Candomblé e por puro preconceito as pessoas trocaram o nome para bolinho de Jesus. (Docente em formação 2). Fonte: Material da pesquisa, 2020.

Realmente a Pandemia nos está ensinando bastante coisa, que nos faz refletirmos acerca de nossa existência no mundo e do significado dela, mas é muito melhor quando temos a oportunidade de crescermos ao lado de profissionais comprometidos com essa compreensão e que nos dá caminhos para que possamos trilhar e ressignificar as nossas existências e vivências que trazemos como imutáveis. A disciplina de Geografia nos fez transitar por caminhos que flutuam dos Climas e Tempos até as desconstruções religiosas apresentadas pela cultura Yorubá, mas para além disso. Esta Geografia que é preocupada em pensar os corpos territórios é também base para o início de uma luta que está há tempos sendo travada e reiterada. Pensarmos sobre corpos dissidentes em gênero, raça, sexo, sexualidade, territórios, e tantos outras categorias de análise é também pensarmos o sentido da Geografia no espaço da Escola. Se soubéssemos que ela vai muito além daquilo que em nossos tempos de Educação Básica era apresentado talvez devéssemos respeitá-la mais ainda. Ela é parte da nossa compreensão de onde estamos e quem somos e o que somos capazes de fazer para mudarmos a realidade em que vivemos. (Docente em formação 3). Fonte: Material da pesquisa, 2020.

De início irei falar de um ponto que fazia parte do início de nossos encontros, de nossas aulas, que eram as músicas e as poesias do livro *Heróínas Negras* da autora Jarid Arraes. Cada aula nossa éramos recebidas e recebidos com música, que já trazia em uma letra reflexões e traços da temática que discutiríamos naquele momento, músicas que falam com o povo, após dávamos início à poesia, a conhecer a heroína negra do dia, seria naquele dia, Carolina de Jesus, Eva Maria, sobre Laudelina de Campos Melo? Eram sempre histórias de mulheres reais, mulheres que nos representaram e que lutaram muito pela causa feminina e para que nós ocupássemos o lugar de hoje. (Docente em formação 4). Fonte: Material da pesquisa, 2020.

<sup>10</sup> *História de ninar gente grande*, samba-enredo da Estação Primeira de Mangueira no Carnaval 2019.

Lá vem ela, mas quem é ela? É da geografia ou será que a geografia é dela? Será que tem limites ou barreiras? Ou é só de outra maneira? Com ela aprendemos mais sobre o lugar, a natureza, mas tudo com muita destreza. Ela é competente, paciente, quase vidente. Deu um giro em nosso pensamento. Um giro descolonial, para melhorar nosso entendimento. Ela sabe como marcar seu território. Isto está claro em seu repertório. Não invada minha aula! Pois eu sei meu lugar de fala. Nos ensinou direitinho, de mulher escreve no feminino. E que a hegemonia masculina não pode ser a única em nossa escrita. Lugar de mulher é onde ela quiser. Na cozinha ou na revista científica. Ela é nossa professora de geografia. Ela fala, ela inspira. Com suas referências nos mostrou outro ponto de existência. A Jarid foi a primeira, com suas heroínas negras. E para uma história – e uma geografia – que foi esquecida, apagada e espremida, ela deu vida.

O processo de acolhimento no contexto da profunda crise pandêmica da Covid-19, de sensibilização para a constituição do conhecimento científico em geografia na relação com as ciências da educação, de aproximação e de reconhecimento por intermédio dos conteúdos selecionados, das referências adotadas, dos diálogos e das experiências convergentes compartilhadas foram variáveis decisivas para os resultados obtidos por meio das práticas do projeto de ensino concebido. Os dados percentuais desta experiência de ensino-pesquisa-aprendizagem-ensino restrita e particular são animadores. Compreendemos que o universo de análise é reduzido e o contexto é de excepcionalidade, entretanto, verificamos uma taxa de permanência de 93,5% - considerando que a adesão ao ensino remoto emergencial era facultativa e voluntária em nossa Instituição –, uma taxa de aproveitamento de 92,85% e taxas de 54% de rendimento superiores a 80% com 32% de rendimento superiores a 90%.

Acreditamos que os resultados desta pesquisa indicaram possibilidades de aplicação “de forma plena da Lei 10.639/2003 por meio de instrumentos didático-pedagógicos que ajudaram a dar visibilidade e valorização da cultura e história dos africanos no Brasil e seus descendentes aproximando duas áreas de conhecimento dentro de uma perspectiva ser-espaco-tempo” (GUIMARÃES, 2020, p. 302). Igualmente, promoveu alterações significativas nos documentos prescritos e nos praticados de currículo – em nossa Instituição e para esta componente em específico – que se caracterizaram por aproximar o conhecimento científico canônico pacificado do campo do conhecimento de tradição e de ancestralidade afro-brasileira – com identificação imediata para a maioria dos territórios-corpos discentes participantes da pesquisa. Ademais, contribuiu para nos mantermos firmes e atentas em nosso exercício profissional docente comprometido com uma geografia e uma educação entendidas como garantia de direitos – constitucionais – para a igualdade de oportunidade e a equidade de tratamento acadêmico-institucional das questões apresentadas.

Em complementação aos resultados autorais discentes qualitativos, aos resultados numéricos e aos resultados normativos-institucionais expostos anteriormente, se observou, por meio dos mecanismos teórico-práticos-avaliativos, um compromisso dedicado com a escrita autoral e com o exercício do pensamento crítico e emancipatório. Portanto, a proposta de pesquisa-ensino-aprendizagem, na docência do ensino superior compartilhada – no contexto do que denominamos de *ebó* epistemológico por intermédio do processo de descolonização curricular do campo – possibilitou resultados, inicialmente, esperançosos. Impactos, visivelmente, positivos nos processos de leitura, de escrita e de posicionamento oral científicos mais qualitativos, no aumento da autoestima, na melhoria dos rendimentos acadêmicos, na segurança para se posicionar, na coragem para realizar as reivindicações, na continuidade dos estudos apesar das enormes dificuldades do contexto pandêmico e, sobretudo, na leitura e na observação mais críticas do mundo e mais atentas a respeito das territorialidades brasileiras – e das profundas crises estruturais e das crises contemporâneas – e das complexidades da profissão docente. De igual modo, como nos diz o mestre, as atividades de aprender e de pesquisar são inerentes ao exercício comprometido da profissão docente, pois:

Só para a mente autoritária que o ato de ensinar, de aprender, de estudar são tarefas enfadonhas, mas necessárias. Para educadoras e educadores democráticos o ato de ensinar, de aprender, de estudar são que fazeres exigentes, sérios, que não apenas provocam contentamento, mas que já são, em si, alegres. A satisfação com que se põe em face aos alunos, a segurança com que lhes fala, a abertura com que os ouve, a justiça com que lida com seus problemas fazem do educador democrático um modelo. Sua autoridade se afirma sem desprezar as liberdades (...) E é porque respeita as liberdades que o respeitam (FREIRE, 2015, p. 125-6).

### **“APESAR DE VOCÊ, AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA” E “MIL NAÇÕES MOLDARAM MINHA CARA, MINHA VOZ, USO PRA DIZER O QUE SE CALA, O MEU PAÍS É MEU LUGAR DE FALA”<sup>11</sup>**

Esta experiência de encanto geográfico-pedagógico resistente não nos ilude a respeito da gravidade do que ocorre no território brasileiro contemporâneo. Ao contrário, permite-nos compreender a unicidade do contexto, da dinâmica e dos resultados obtidos. Insistimos recorrentemente que momentos excepcionais

<sup>11</sup> *O que se cala*, canção de Douglas Germano, interpretada por Elza Soares (2018).

nos demandam proposições excepcionais. A proposta teórico-prática foi um destes caminhos produzidos pelas frestas, no gingado que hoje nos é possível, uma vez que as restrições são numerosas, incluindo práticas de censura e tentativas institucionais de intimidação. É nítida a característica autoritária deste poder político de exceção; igualmente, a ruína da nossa democracia.

A crise na educação é anterior e se aprofunda com a crise sanitária. Os recursos e os investimentos restritos são inclusive reduzidos; além disso, a preocupação com a adoção das providências e dos encaminhamentos para o retorno por meio do ensino remoto emergencial ou do modelo híbrido e do presencial é inexistente. Pesquisamos, aprendemos, escrevemos e atuamos profissionalmente, em conformidade com as nossas experiências anteriores e as possibilidades do momento. Quase sem apoio, a saída encontrada foi investirmos no coletivo e no afetivo.

Pareceu-nos ser impossível desconsiderar o diálogo a respeito da crise pandêmica – e dos impactos na vida de todas e de todos – e das crises anteriores e estruturais aprofundadas pela crise sanitária, como a racial, a do patriarcado, a do capitalismo e a da democracia no Brasil, sobretudo em um curso de formação inicial de docentes. Destarte, a viabilidade – com todas as limitações – da inserção da leitura territorial do mundo contemporâneo e do encaminhamento da ideia de *Uma Geografia da Nossa Gente* se demonstrou um mecanismo promissor de descolonização científica, epistemológica e curricular do campo.

As proposições inseridas na prescrição curricular da componente, alteradas para a prática por meio do ensino remoto emergencial – em um processo de alfabetização/letramento geográfico-cartográfico –, em conformidade com as legislações específicas e as diretrizes para uma educação das relações étnico-raciais e em/para os direitos humanos, nos proporcionaram “ver o amanhã renascer e esbanjar poesia”. Insistiremos: é inadiável que as questões relativas à docência, ao território-corpo-acadêmico-escolar e à diferença sejam dialogadas. Não há mais tempo e espaço para omissões e tudo o que existe é hoje.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas aquelas e todos aqueles que no território brasileiro de hoje se opõem à barbárie em curso. Às e aos colegas docentes, licenciandas e licenciandos que entendem ser possível constituir um mundo melhor e mais justo por intermédio do exercício da nossa profissão. Em especial à Turma Ana Maria de Lima Souza – Licenciatura em Pedagogia, Semestre 2020.1, UNIR/Porto Velho –, com a qual trabalhamos em 2020. Em conjunto seguiremos lutando cotidianamente, pelo direito inalienável à vida, à saúde e à educação pública – como garantia de direitos – em contexto de tamanhas violações.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTIGA poesia. Intérprete/compositora: Ellen Oléria. *In*: Ellen Oléria e Pret.Utu Ao Vivo no Garagem. Brasília: Carne Dura Produções, 2012. 1 CD, faixa 16 (6min19s). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/5qDUNcuKhDbM8HAbiHx3MU?si=67c2688dc7ff4666>. Acesso em: 30 mar. 2021.

APESAR de você. Intérprete/compositor: Chico Buarque. *In*: Chico Buarque. Rio de Janeiro: Philips/Polygram, 1978. 1 disco vinil, lado B, faixa 6 (3min54s). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/7Cv9Tvn7FGcQjyyYAYKzT?si=300c176ca8e24a71>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras**: em 15 Cordéis. São Paulo: Pólen, 2017.

BERNADINO-COSTA, Joaze.; MALDONADO-TORRES, Nelson. GROSFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 10-11.

BAIROS, Luisa. Nossos feminismos revisitados. *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [1996]. p. 206-15.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africanas**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 24 abr. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 21 ago. 2020.

COTA não é esmola. Intérprete/compositora: Bia Ferreira. *In*: Estúdio Showlivre, 29 mai. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=luhUwoBvOzEv>. Acesso em: 31 mar. 2021.

COSTA, Carmem Lúcia. A presença e ausência do debate de gênero na geografia do ensino fundamental e médio. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 2, p. 76-84, 2011. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.2.i2.076084>

DIGA não. Intérprete/compositora: Bia Ferreira. *In*: Estúdio Showlivre, 29 mai. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=luhUwoBvOzEv>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FERREIRA, André Bastos; ROSA Alexia Viana da; FARIAS, Alexsander Silva; VALENTIM, Giovanna Dutra Silva; HERZOG, Lucas Bertola. A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19: um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil. **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**, São Paulo, Boletim n. 10, p. 2-31, 2021. Disponível em: <https://www.conectas.org/publicacoes/download/boletim-direitos-na-pandemia-no-10>. Acesso em: 07 mai. 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015, p. 125-6.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNADINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N. GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 223-46.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano, *In*: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020 [1998]. p. 38-51.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. **Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de suas heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial**. Tese de Doutorado. 2015. Programa de Pós-graduação em Geografia, UFBA. 2015.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, abril de 2020, p. 292-311.  
<https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.c1.p292-311>

HAESBAERT, Rogério. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Espaço e Economia [Online]**, v. 9, n. 18, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>. Acesso em: 07 mai. 2021. <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11826>

HISTÓRIA para ninar gente grande. Samba-enredo da GRES Estação Primeira de Mangueira no Carnaval 2019. Intérprete: Marquinho Art'Samba. Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira, Danilo Firmino, Manu da Cuíca e Luiz Carlos Máximo. *In*: Sambas de enredo 2019. Rio de Janeiro: LIESA, 2019. 1 CD, faixa 5 (4min32s). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/5ofP0ayCr1BAMVxvsmyx7x?si=f3e3e8b42160431>. Acesso em: 30 mar. 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. Educação democrática. *In*: CÁSSIO, Fernando (Org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 199-207.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LEÃO, Ryane. Não serei anônima. *In*: DUARTE, Mel (Org.). **Querem nos calar**: poemas para serem lidos em voz alta. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019. p. 203-4.

LOUZADA, Virgínia; ALVES, Nilda. O pesquisador assume seus limites – início do processo para ir além da “cegueira epistemológica”. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 15, n. 39, p. 163-78, 2018. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/4954>. Acesso em: 07 mai. 2021.

MALHEIROS, Tatiana dos S. **Ensino e educação decolonial de professoras(es) de Geografia**: aproximações preliminares. Projeto de Pesquisa – PVN90. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2020a. <https://doi.org/10.22409/eg.v5i9.42556>

MALHEIROS, Tatiana dos S. **PROJETO MOJUBÁ**: arte, ciência e educação geográfica na perspectiva pedagógica decolonial. Projeto de Extensão – PJ039. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2020b.

MALHEIROS, Tatiana dos S. Pra não dizer que não falei das flores: relatos geográficos de uma profissional do magistério em tempos de pandemia. **Revista Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 161-7, maio de 2020c. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/ensaios\\_posgeo/article/view/42556](https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42556). Acesso em: 07 mai. 2021.

MALHEIROS, Tatiana dos S. **Pro dia nascer feliz**: cinema e educação geográfica para a promoção de uma agenda temática descolonial – 2ª Edição. Projeto de Extensão – PJ059. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2020d. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=rQ15\\_rz6IS8&t=4536s&ab\\_channel=LABCART-Laborat%C3%B3riodeGeografiaeCartografia](https://www.youtube.com/watch?v=rQ15_rz6IS8&t=4536s&ab_channel=LABCART-Laborat%C3%B3riodeGeografiaeCartografia). Acesso em: 07 mai. 2021.

MALHEIROS, Tatiana dos S. **Gente é pra ser gentil**: lista de reprodução do projeto de ensino. Projeto de Ensino: Fundamentos e Prática do Ensino da Geografia. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/playlist/3cmtsn5lkmgf1LZtU6wLuV?si=996aad9efcc44b47>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MALHEIROS, Tatiana dos S.; GUIMARÃES SILVA, Siane Cristhina Pedroso. **PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES**: Dúvidas da vida na Universidade. Projeto de Extensão – PJ093. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2020. Disponível em: [https://open.spotify.com/show/2Ni5sMWJ78uOgqFuSHliaJ?si=ATaZoMhMSVmPoLNuZEkw&dl\\_branch=1](https://open.spotify.com/show/2Ni5sMWJ78uOgqFuSHliaJ?si=ATaZoMhMSVmPoLNuZEkw&dl_branch=1). Acesso em: 16 set. 2021.

MALHEIROS, Tatiana dos S.; WOLLMANN, Cássio Arthur. **O Clima, a Cidade e o Ensino da Geografia**. Projeto de Extensão. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mAAyzx1AK9c>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008. O QUE se cala. Intérprete: Elza Soares. Compositor: Douglas Germano. *In: Deus é mulher*. Rio de Janeiro: Deckdisk, Polysom, 2018. 1 CD, faixa 1 (3min50s). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/6Pxgz0NfYuChCMnzjSU8qQ?si=71c6ba24bb914e36>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PRINCIPIA. Intérprete: Emicida. Compositor: Leandro Roque e Nave. *In: Amarelo*. São Paulo: Laboratório Fantasma; Rio de Janeiro: Sony Music, 2019. 1 CD, faixa 1 (5min55s). Disponível em: <https://open.spotify.com/track/1wTuMYmA3AJC7zKq6cuu19?si=e9bebe05be284a48>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento; RATTTS, Alecsandro J. P. Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de geografia. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 242-262, 2017.

<https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.8.i2.0012>

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. **Revista Periferia**, v. 10, n. 1, p. 72-88, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504>. Acesso em: 07 mai. 2021. <https://doi.org/10.12957/periferia.2018.31504>

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

<https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n4ID1012>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus** (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

STRAFORINI, Rafael. O currículo de Geografia do ensino fundamental: entre conhecer o que se diz e vivenciar o que se pratica. *In: CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos et al. (Org.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2014. p. 43-60.

---

Recebido em: 01/05/2021

Aceito para publicação em: 04/10/2021